



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/03/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
2.3. OUVIDORIA.....	4
2.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	5 - 6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. JUÍZES.....	7
3.2. VARA CRIMINAL.....	8 - 9
3.3. VARA DA MULHER.....	10
3.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	12 - 14
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. VARA CRIMINAL.....	15 - 16
5.2. VARA DA MULHER.....	17
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CNJ.....	18
6.2. DECISÕES.....	19 - 20
6.3. EVENTOS.....	21
6.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	22
6.5. OUVIDORIA.....	23
6.6. PLANTÃO NO TJMA.....	24
6.7. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	25
6.8. VARA CRIMINAL.....	26



APROVADOS

Após realização de audiência pública na cidade de Barreirinhas que abordou a convocação dos aprovados realizada pelo deputado **Wellington do Curso (PP)**, a população tomou ciência da decisão judicial que proíbe a Prefeitura de realizar contratações temporárias para cargos para os quais existam candidatos aprovados. Trata-se da decisão do juiz de Direito que está respondendo pela comarca do município, Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim.

Justiça condena acusados de matar adolescente

Os réus Regiane Ferreira da Rocha e Dieckson Vieira Lopes foram condenados em julgamento ocorrido no fim de semana pelo assassinato de uma adolescente de 15 anos, e ocultação do cadáver. Esse crime ocorreu no dia 1º de janeiro de 2015, no povoado São Benedito, zona rural da cidade Balsas.

A assessoria de comunicação da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão informou ontem que Dieckson Vieira recebeu a pena de 14 anos e seis meses de reclusão, enquanto Regiane Rocha foi condenada a 21 anos. ●

Íntegra em oestadoma.com/425270



Novos defensores públicos de 1ª classe e membros da Defensoria Pública do Estado na solenidade de posse, sexta-feira, no Auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa

10 novos defensores públicos atuarão na capital e no interior

Solenidade de posse ocorreu sexta-feira, em São Luís, e os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação nas áreas de execução penal, Tribunal do Júri e Central de Inquérito

Em sessão solene, realizada no Auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa, foram empossados, sexta-feira, 17, os 10 novos membros da Defensoria Pública maranhense, que passa a contar com um quadro de 171 profissionais. Além do interior do estado, os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação na capital nas áreas de execução penal, Tribunal do Júri e Central de Inquérito. Na solenidade, presidida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, os empossados prestaram o juramento e receberam o termo de posse, na presença de autoridades e familiares.

“Precisamos chegar aos rincões do Maranhão, a interiorização ainda se impõe, e tem sido trabalhada como prioridade. Em pouco mais de cinco anos, deixamos de ter a pior cobertura do país, com apenas 2,76% de comarcas atendidas, para hoje chegarmos a mais de 32% de cobertura, aumentando em mais de 10 vezes a nossa atuação no estado”, destacou Werther Lima Junior, festejando a chegada dos novos membros

para a melhoria dos indicadores de acesso à Justiça na região. “É impossível passar pela Defensoria sem vivenciar o seu espírito de solidariedade, a vontade de mudar o estado das coisas e trabalhar pelo povo pobre de nosso Maranhão”, acrescentou o defensor-geral, ao falar, com orgulho, da grandeza da profissão.

Desafios

O defensor público Vinícius Renan Lima Brandão fez o discurso representando todos os novos membros, precedido pela colega Lisly Borges Barreira que comandou a leitura do juramento da tribuna de honra. “Tornamo-nos hoje servidores de milhares de pessoas, e sem demagogia ou retóricas, devemos nos despir das formalidades excessivas e nos aproximar da realidade daqueles que nos buscam”, afirmou o orador, ressaltando em outro trecho do discurso, os desafios inerentes à missão confiada ao grupo.

“Sigamos prudentes e éticos; tenhamos garra e não nos deixemos abater diante das práticas jurídicas antiquadas. Ao contrário, seja-

“É impossível passar pela Defensoria sem vivenciar o seu espírito de solidariedade, a vontade de mudar o estado das coisas e trabalhar pelo povo pobre de nosso Maranhão”

WERTHER DE MORAES LIMA JUNIOR
defensor-geral do Estado

mos persistentes para modificá-las; sejamos também instrumentos dinâmicos de transformação social; tenhamos confiança nas instituições; a humildade, a sensatez e o destemor guiarão as nossas jornadas”, enfatizou.

Exaltando os avanços e apontando os desafios da Defensoria maranhense, o defensor Davi Rafael Veras

da Silva, em nome do Conselho Superior da instituição, ressaltou que o momento é de celebração. “A Defensoria Pública, neste ato, se reafirma, se reforça e reaviva o seu papel constitucional: garantir o acesso à Justiça a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social”.

Nesse contexto, o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e ativista do Movimento Aids no estado, José Ricardo Silva dos Santos, lembrou da importância da atuação da Defensoria para efetivação de direitos e para o fortalecimento de várias bandeiras de luta no estado. “A Defensoria é uma grande aliada do movimento social. Portanto, parabenizamos a instituição pelo ingresso desses novos defensores, que tenho certeza, muito contribuirão para a redução das desigualdades e manutenção da paz social no Maranhão”.

Agentes

Já o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Murilo Guazzelli, desejou aos novos quadros sucesso para bem

exercerem o múnus assumido, e se tornarem grandes agentes de transformação social. “Temos ainda um número pequeno de defensores públicos em atuação, mas vivenciamos um crescimento bastante significativo nesses 15 anos de história da Defensoria Pública no estado”, disse.

Participaram da cerimônia o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, representando o governador do Maranhão; o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luís Gonzaga Martins Coelho; o subdefensor-geral do Estado, Emanuel Pereira Accioly; o corregedor-geral da DPE, Antônio Peterson Barros Rêgo Leal; o procurador-adjunto do Município de São Luís, Domerval Alves Moreira Neto; e a ouvidora geral da DPE, Rosicléia Machado Barbosa Costa.

Defensores empossados: Adriano Oliveira da Silva Junior, André Luís Jacomin, Davi Pessoa de Lucena, Eric Luiz Martins Chacon, Gil Henrique Mendonça Faria, Lisly Borges Barreira, Suellen Santos Rodrigues de Aguiar, Suzanne Santana Lobo, Uallassa Rocha Louzeiro e Vinícius Renan Lima Brandão. ●

Tribunal vai promover audiência pública em Açailândia

AÇAILÂNDIA

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoverá, na quinta-feira, 23, audiência pública na Comarca de Açailândia. O evento ocorrerá às 18h, no Instituto Federal do Estado do Maranhão (IFMA), localizado na Avenida Projeta-da, s/n Vila Progresso II. O evento será conduzido pelo ouvidor-geral do TJMA, desembargador Ricardo Duailibe. A população poderá participar pelo whatsapp 98880.5251.

A iniciativa visa proporcionar a aproximação do Poder Judiciário com a sociedade e ouvir sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários, prestados em Açailândia e nas cidades integrantes do polo judicial de Imperatriz (Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Tasso Fragoso).

As manifestações apresentadas pelos cidadãos, durante a audiência, serão encaminhadas aos setores competentes do Judiciário. Os questionamentos serão esclarecidos em tempo hábil e os interessados serão informados sobre os resultados de suas sugestões e reclamações. ●

MAIS

Ouvidoria

A Ouvidoria funciona no Fórum de São Luís, no Calhau (piso térreo). O órgão pode ser acionado pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário); por formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br; e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br); "Fale Conosco" da Corregedoria e da Presidência; ou presencialmente.

Moradores da Aurora vão à Justiça em busca de melhorias no bairro

Eles querem unidades de ensino e de saúde, melhor pavimentação e segurança pública; ontem, conversaram com o juiz da Vara de Interesses Difusos e hoje se reunirão com o promotor de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Flora Dolores

Moradores da Aurora terão audiência hoje, na Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, para debater problemas do bairro. Ontem, eles se reuniram com o juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, para discutir os problemas de infraestrutura do bairro e saber como cobrar do poder público a instalação de unidades de ensino, saúde, melhorias na pavimentação e segurança pública. Atualmente, eles reclamam que, por causa da buraqueira das vias, uma das cinco linhas de ônibus que atendiam a comunidade deixou de circular pelo bairro.

Desde o sábado, dia 18, a linha Cohatrac III deixou de circular pela Aurora. A linha era uma das cinco que atendia a comunidade. O motivo da retirada são as péssimas condições de trafegabilidade do bairro e adjacências. São diversas as vias da Aurora que estão esburacadas, alagam em dias de chuva e impedem o tráfego de veículos. Além da falta de pavimentação, a Aurora tem diversos outros problemas de infraestrutura.

Para tentar mudar a realidade, a União de Moradores do Bairro Aurora (Umba) começou uma série de audiências com representantes do poder Judiciário para tratar de outros problemas relativos



Membros da União de Moradores do Bairro Aurora conversam com o juiz Douglas Martins sobre o bairro

à falta de infraestrutura da Aurora, que veio à tona no começo deste ano com a tentativa do Governo do Estado de instalar uma Unidade de Ressocialização Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), na Rua Frei Hermenegildo.

A luta da comunidade começou dia 4 de janeiro e, após quase um mês de protestos, brigas, barricadas e reuniões que pareciam não dar em nada, mas por fim terminaram com a vitória da comunidade, ficou acertado, em audiência de conciliação no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, que o Governo do Estado tem até o dia 30 de dezembro des-

te ano para remover a unidade da comunidade.

Conversa

Ontem, representantes da União de Moradores do Bairro Aurora (Umba) voltaram ao fórum para conversar com o juiz Douglas Martins, que mediou o conflito entre moradores e Governo do Estado, para solicitar uma audiência para discutir melhorias na infraestrutura do bairro.

A comunidade reivindica a instalação de uma escola, uma unidade de saúde, asfaltamento das vias do bairro, posto policial e saneamento básico. "A gente quer a

garantia de que as políticas públicas vão ser implementadas definitivamente em nosso bairro", afirma Mário da Silva Lopes Júnior, o Marinho da Aurora, presidente da Umba.

Entretanto, o juiz Douglas Martins explicou que não pode convocar uma audiência, porque o processo que garantiu a não instalação da Funac no bairro não tinha como outros objetos as demais reivindicações da comunidade. "O acordo assinado em janeiro garantia a retirada da Funac do bairro até dia 30 de dezembro, a reforma da quadra de esportes e a manutenção de uma viatura no bair-

ro para garantir a segurança da comunidade. Não tenho como convocar audiência sem que haja algum descumprimento do acordado”, explicou o juiz.

De acordo com Douglas Martins, para que haja audiência judicial para tratar das reivindicações da comunidade é preciso que haja processo tramitando na Justiça. “O Poder Judiciário só age quando provocado. É preciso uma ação tratando do tema para que as partes sejam convocadas em juízo para discutir o assunto e propormos uma solução”, reiterou. Ele sugeriu também que a comunidade provoque o Ministério Público (MP) a

ajuizar uma Ação Civil Pública requerendo melhorias na infraestrutura da Aurora.

Hoje, a comunidade tem nova audiência. Desta vez com o promotor Lidonjonson Gonçalves de Sousa, da Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa para discutir a questão.

Foi o juiz Douglas Martins e o promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa quem propuseram os termos da conciliação firmada entre moradores da Aurora e o Governo do Estado. Eles aguardam também o agendamento de uma audiência com o promotor Vicente de Paulo Silva, da Promotoria Intinerante. ●

SAIBA MAIS

A Aurora é um dos bairros centenários de São Luís. São cerca de 20 mil moradores, muitos idosos que ainda lembram de como era a vida antigamente, que sofrem com falta de escolas, hospitais e segurança. Por isso, a população fez questão de incluir na audiência de conciliação ações pertinentes a esses temas. Em mais de 100 anos, o bairro nunca teve uma escola, um único hospital, posto policial, ou nem mesmo uma farmácia, como afirma o morador Raimundo Costa. Fora isso, os moradores ainda têm que

conviver, há mais de 40 anos, com a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Anil, que antigamente era chamada de Central de Recolhimento (Cerec). A unidade sempre foi famosa em São Luís pelas constantes fugas, que sempre causam pânico na população. Uma dessas ações resultou na morte de dona Elisabete Raposo Costa, aos 65 anos de idade, quando bandidos invadiram seu quintal e polícia seguiu atrás. As trocas de tiro assustaram a mulher, que era hipertensa e teve um infarto fulminante.

BALSAS

Acusados de matar adolescente são condenados

A juíza Nirvana Mourão Barroso, titular da 3ª Vara de Balsas, presidiu na última semana uma sessão do Tribunal do Júri na comarca. Os réus foram Regiane Ferreira da Rocha e Dieckson Vieira Lopes, acusados de terem matado a adolescente R. S., de apenas 15 anos de idade, em crime ocorrido na data de 1º de janeiro de

2015. A menor foi morta com sete tiros e os dois acusados foram considerados culpados e condenados.

Consta na denúncia que a menor foi atingida por sete disparos de arma de fogo, sendo 3 tiros na cabeça e quatro no braço esquerdo. O assassinato deu-se no Povoado São Benedito, localidade

pertencente à zona rural do Município de Balsas. Versa ainda a denúncia que o corpo da vítima foi encontrado uma semana depois, próximo do local do crime, estando coberto apenas por umas folhagens e palhas de buriti. O motivo seria ciúmes, haja vista que a vítima teria tido um caso amoroso com Dieckson.

A defesa alegou a ausência de perícia no caso em tela e que a denunciada teria agido sozinha, em legítima defesa, requerendo a absolvição sumária dos dois acusados. A acusação, por sua vez, requereu em sede de alegações finais, a inclusão de duas qualificadoras: Utilização de recurso que dificultou e emprego de meio cruel.

Posse

Em sessão solene, realizada no auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa, na última sexta-feira (17), foram empossados os 10 novos membros da Defensoria Pública maranhense, que passa a contar com um quadro de 171 profissionais. Além do interior do estado, os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação na capital nas áreas de execução penal, tribunal do júri e Central de Inquérito. Na solenidade, presidida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, os empossados prestaram o juramento e receberam o termo de posse, na presença de autoridades e familiares. O defensor público Vinícius Renan Lima Brandão fez o discurso representando todos os novos membros, precedido pela colega Lisly Borges Barreira que comandou a leitura do juramento da tribuna de honra.

EMPOSSADOS

10 novos defensores públicos vão reforçar atuação na capital

Em sessão solene, realizada no auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa, na última sexta-feira (17), foram empossados os 10 novos membros da Defensoria Pública maranhense, que passa a contar com um quadro de 171 profissionais. Além do interior do estado, os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação na capital nas áreas de execução penal, tribunal do júri e Central de Inquérito. Na solenidade, presidida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, os empossados prestaram o juramento e receberam o termo de posse, na presença de autoridades e familiares.

“Precisamos chegar aos rincões do Maranhão, a in-

teriorização ainda se impõe, e tem sido trabalhada como prioridade. Em pouco mais de cinco anos, deixamos de ter a pior cobertura do país, com apenas 2,76% de comarcas atendidas, para hoje chegarmos a mais de 32% de cobertura, aumentando em mais de 10 vezes a nossa atuação no estado”, destacou Werther Lima Junior, festejando a chegada dos novos membros para a melhoria dos indicadores de acesso à Justiça na região. “É impossível passar pela Defensoria sem vivenciar o seu espírito de solidariedade, a vontade de mudar o estado das coisas e trabalhar pelo povo pobre de nosso Maranhão”, acrescentou o defensor-geral, ao falar, com orgulho, da gran-

deza da profissão.

Desafios - O defensor público Vinícius Renan Lima Brandão fez o discurso representando todos os novos membros, precedido pela colega Lisly Borges Barreira que comandou a leitura do juramento da tribuna de honra. “Tornamo-nos hoje servidores de milhares de pessoas, e sem demagogia ou retóricas, devemos nos despir das formalidades excessivas e nos aproximar da realidade daqueles que nos buscam”, afirmou o orador, ressaltando em outro trecho do discurso, os desafios inerentes à missão confiada ao grupo.

“Sigamos prudentes e éticos; tenhamos garra e não nos deixemos abater diante das

práticas jurídicas antiquadas. Ao contrário, sejamos persistentes para modificá-las; sejamos também instrumentos dinâmicos de transformação social; tenhamos confiança nas instituições; a humildade, a sensatez e o destemor guiarão as nossas jornadas”, enfatizou.

Exaltando os avanços e apontando os desafios da Defensoria maranhense, o defensor Davi Rafael Veras da Silva, em nome do Conselho Superior da instituição, ressaltou que o momento é de celebração. “A Defensoria Pública, neste ato, se reafirma, se reforça e reaviva o seu papel constitucional: garantir o acesso à Justiça a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social”.

APRENDENDO COM MARIA DA PENHA

A Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz fez uma avaliação das atividades realizadas no primeiro trimestre de 2017. No decorrer dessas ações, a juíza titular da vara especializada, Ana Paula Araújo, juntamente com a equipe multidisciplinar, deu continuidade às atividades do Projeto ‘Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano’, com foco na multiplicação das informações e orientações referentes ao tema. Com a chegada do Mês da Mulher foram intensificadas as ações com palestras em escolas e creches, em parceria com Centro de Referência e Atendimento à Mulher de Imperatriz. Homens e mulheres que estão matriculados nos cursos de Formação de Vigilantes da cidade, assistiram às palestras do projeto.

As informações de prevenção e combate à violência doméstica alcançaram, em cinco edições, um total de 192 pessoas. Em 2016 o projeto realizou palestras em canteiros de obra da Construção Civil, no Centro de Inclusão Social e Econômica de Imperatriz (CIESI), dentre outros locais. De acordo com a juíza, na comarca a ação atendeu mulheres, homens e crianças, uma vez que o objetivo é esclarecer a todos sobre a Lei.

IMPACTOS AMBIENTAIS



Por unanimidade, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão do Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís que, nos autos de Ação Civil Pública, deferiu tutela provisória de urgência em favor do Estado, para que a Petrobras cumpra o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) - pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 124.702.491,00 – e continue quitando as parcelas pelos impactos ambientais causados no município de Bacabeira, onde seria instalada a Refinaria Premium 1.

O Estado propôs a ação sob o argumento de que, em decorrência do procedimento de licenciamento ambiental para a instalação da refinaria, firmou com a Petrobras o TCCA. Afirmou que a empresa encerrou os projetos de instalação da refinaria em 22 de janeiro de 2015, solicitando o cancelamento dos processos de licenciamento ambiental e outras autorizações em trâmite na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Acrescentou que, posteriormente, a Petrobras encaminhou expediente ao Estado, comunicando a suspensão dos pagamentos das parcelas referentes à compensação ambiental, considerando que o termo de compromisso teria perdido o objeto com o encerramento dos trabalhos. De acordo com a decisão mantida pelo órgão colegiado do TJMA, o juiz de base determinou à Petrobras que pagasse, no prazo de 15 dias, as parcelas 9ª e 10ª, vencidas, respectivamente, em 31 de julho de 2015 e 31 de janeiro de 2016, bem como efetuasse o pagamento das demais parcelas, no prazo estipulado no TCCA.

Refinaria de Bacabeira

Petrobras terá que indenizar o Maranhão

A Justiça estadual deferiu tutela provisória de urgência em favor do Estado para que a Petrobras cumpra o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) - pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 124.702.491,00 – e continue quitando as parcelas pelos impactos ambientais causados no município de Bacabeira, onde seria instalada a Refinaria Premium 1.

POLÍTICA

Petrobras compensará impactos em Bacabeira

Empresa terá que cumprir o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, continuando a pagar ao Estado as parcelas previstas no acordo entre as partes

Por unanimidade, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão do Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís que, nos autos de Ação Civil Pública, deferiu tutela provisória de urgência em favor do Estado, para que a Petrobras cumpra o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) - pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 124.702.491,00 - e continue quitando as parcelas pelos impactos ambientais causados no município de Bacabeira, onde seria instalada a Refinaria Premium 1.

O Estado propôs a ação sob o argumento de que, em decorrência do procedimento de licenciamento ambiental para a instalação da refinaria, firmou com a Petrobras o TCCA. Afirmou que a empresa encerrou os projetos de instalação da refinaria em 22 de janeiro de 2015, solicitando o cancelamento dos processos de licenciamento ambiental e outras autorizações em trâmite na Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Acrescentou que, posteriormente, a Petrobras encaminhou expediente ao Estado, comunicando a suspensão dos pagamentos das parcelas referentes à compensação ambiental, considerando que o termo de compromisso teria perdido o objeto com o encerramento dos trabalhos.

De acordo com a decisão mantida pelo órgão colegiado do TJMA, o juiz de base determinou à Petrobras que pagasse, no prazo de 15 dias, as parcelas 9ª e 10ª, vencidas, respectivamente, em 31 de julho de 2015 e 31 de janeiro de 2016, bem como efetuasse o pagamento das demais parcelas, no prazo estipulado no TCCA.

Inconformada com a decisão do juiz, a Petrobras ajuizou agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, sustentando que a causa determinante para o pagamento da compensação ambiental é o licenciamento do empreendimento, razão pela qual o cancelamento deste a desobrigaria do pagamento integral dos valores previstos no TCCA.

A empresa argumentou que os supostos danos ambientais previstos na licença de instalação não foram efetivados, e que, com a não implantação do empreendimento, não ocorrerá a integralidade dos impactos negativos. Pediu, ainda, medidas subsidiárias do pagamento, como a substituição do restante dos valores a serem pagos por garantia.

Decisão

O desembargador José de Ribamar Castro, relator do agravo, destacou que é sabido que a implantação da Refinaria Premium, no município de Bacabeira, fora cancelada unilateralmente pela Petrobras, tendo a empresa reconhecido a realização de serviços de desmatamento, terraplanagem, drenagem e outros, o que acarretou a modificação da flora, fauna e parte hídrica da região.

Sobre a compensação, citou manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e disse ser aplicável ao usuário-pagador, como contribuição financeira,

em virtude dos danos ambientais por sua atuação predadora, no meio ambiente.

Ribamar Castro ressaltou que os serviços realizados resultaram em impactos ambientais de relevância, conforme o Relatório Preliminar de Vistoria, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), sendo que, dos 33 impactos previstos, 18 ocorreram, alguns até irreversíveis, o que exige a devida compensação ambiental.

O relator disse que o argumento da empresa, de que encerrou as atividades de instalação, não é suficiente para sustar o cumprimento da compensação ambiental, considerando que, efetivados os danos ambientais inerentes à licença, deve a Petrobras cumprir o que lhe foi imposto, com o pagamento das parcelas em atraso, no valor de R\$ 15.348.000,00, e das demais a vencer.

Sobre os pedidos de outras formas de garantia dos débitos, o magistrado frisou que ainda precisam de provas robustas e análise meritória, o que é in-



viável para o agravo de instrumento, uma vez que nem sequer foram apreciados na decisão agravada, bem como pelo fato de que ainda não houve o esgotamento das vias para a sua eventual condenação.

Os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe concordaram com o voto do relator e também negaram provimento ao recurso da Petrobras.



Esta comissão não está apreciando meros tecnicismos. Tratamos da admissibilidade de uma denúncia centrada em indícios de irregularidades que, por sua natureza, podem colocar em xeque o próprio regime de responsabilidade fiscal

Antônio Anastasia, senador (PSDB-MG)

Empossados 10 novos defensores públicos no Maranhão

Em sessão solene, realizada no auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa, na última sexta-feira (17), foram empossados os 10 novos membros da Defensoria Pública maranhense, que passa a contar com um quadro de 171 profissionais. Além do interior do estado, os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação na capital nas áreas de execução penal, tribunal do júri e Central de Inquérito. Na solenidade, presidida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, os empossados prestaram o juramento e receberam o termo de posse, na presença de au-

“Precisamos chegar aos rincões do Maranhão, a interiorização ainda se impõe, e tem sido trabalhada como prioridade. Em pouco mais de cinco anos, deixamos de ter a pior cobertura do país, com apenas 2,76% de comarcas atendidas, para hoje chegarmos a mais de 32% de cobertura, aumentando em mais de 10 vezes a nossa atuação no estado”, destacou Werther Lima Junior, festejando a chegada dos novos membros para a melhoria dos indicadores de acesso à Justiça na região. “É impossível passar pela Defensoria sem vivenciar o seu espírito de solidariedade, a vontade de mudar

o estado das coisas e trabalhar pelo povo pobre de nosso Maranhão”, acrescentou o defensor-geral, ao falar, com orgulho, da grandeza da profissão.

Desafios - O defensor público Vinícius Renan Lima Brandão fez o discurso representando todos os novos membros, precedido pela colega Lissy Borges Barreira, que comandou a leitura do juramento da tribuna de honra. “Tornamos hoje servidores de milhares de pessoas, e sem demagogia ou retóricas, devemos nos despir das formalidades excessivas e nos aproximar da realidade daqueles que nos buscam”, afirmou o orador, ressaltando em outro trecho do



Divulgação

discurso, os desafios inerentes à missão confiada ao grupo.

“Sigamos prudentes e éticos; tenhamos garra e não nos deixemos abater diante das práticas jurídicas antiquadas. Ao contrário, sejamos persistentes para modificá-las; sejamos também instrumentos dinâmicos de transformação social; tenhamos confiança nas instituições; a humildade, a sensatez e o destemor guiarão as nossas jornadas”, enfatizou.

Exaltando os avanços e apontando os desafios da Defensoria maranhense, o defensor Davi Rafael Veras da Silva, em nome do Conselho Superior da instituição, ressaltou que

o momento é de celebração. “A Defensoria Pública, neste ato, se reafirma, se reforça e reaviva o seu papel constitucional: garantir o acesso à Justiça a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social”.

Nesse contexto, o presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e ativista do Movimento Aids no estado, José Ricardo Silva dos Santos, lembrou da importância da atuação da Defensoria para efetivação de direitos e para o fortalecimento de várias bandeiras de luta no estado. “A Defensoria é uma grande aliada do movimento social. Portanto, parabenizamos a instituição pelo ingresso desses novos defensores, que tenho certeza, muito contribuirão para a redução das desigualdades e manutenção da paz social no Maranhão”.

Já o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Murilo Guazzelli, desejou aos novos quadros sucesso para bem exercerem o múnus assumido, e se tornarem grandes agentes de transformação social. “Te-

mos ainda um número pequeno de defensores públicos em atuação, mas vivenciamos um crescimento bastante significativo nesses 15 anos de história da Defensoria Pública no estado”, disse.

Autoridades – Participaram da cerimônia o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, representando o governador do Maranhão; o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luís Gonzaga Martins Coelho; o subdefensor-geral do Estado, Emanuel Pereira Accioly; o corregedor-geral da DPE, Antônio Peterson Barros Rêgo Leal; o procurador-adjunto do Município de São Luís, Domerval Alves Moreira Neto; e a ouvidora geral da DPE, Rosicléia Machado Barbosa Costa.

Defensores empossados: Adriano Oliveira da Silva Junior, André Luís Jacomin, Davi Pessoa de Lucena, Eric Luiz Martins Chacon, Gil Henrique Mendonça Faria, Lisly Borges Barreira, Suellen Santos Rodrigues de Aguiar, Suzanne Santana Lobo, Uallasse Rocha Louzeiro e Vinícius Renan Lima Brandão.

Projeto 'Aprendendo com Maria da Penha' alcança 192 pessoas em Imperatriz

A Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz fez uma avaliação das atividades realizadas no primeiro trimestre de 2017. No decorrer dessas ações, a juíza titular da vara especializada, Ana Paula Araújo, juntamente com a equipe multidisciplinar, deu continuidade às atividades do Projeto 'Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano', com foco na multiplicação das informações e orientações referentes ao tema.

Com a chegada do Mês da Mulher foram intensificadas as ações com palestras em escolas e creches, em parceria com Centro de Referência e Atendimento à Mulher de Imperatriz. Homens e mulheres que estão matriculados nos cursos de Formação de Vigilantes da ci-

Divulgação



Juíza Ana Paula Araújo realiza palestra 'Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano'

dade, assistiram às palestras do projeto.

As informações de prevenção e combate à violência doméstica alcançaram, em cinco

edições, um total de 192 pessoas.

Em 2016 o projeto realizou palestras em canteiros de obra da Construção Civil, no Centro

de Inclusão Social e Econômica de Imperatriz (CIESI), dentre outros locais.

De acordo com a juíza, na comarca a ação atendeu a mulheres, homens e crianças, uma vez que o objetivo é esclarecer a todos sobre a Lei.

Projeto - De iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Poder Judiciário do Maranhão, o projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" tem por objetivo difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher através de palestras, projeção de filmes, realização de oficinas temáticas e distribuição de material referente à Lei Maria da Penha, entre outros. (Asscom CGJ)

CNJ pede aos tribunais informações sobre processos de feminicídio

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu aos tribunais de todo o país informações sobre a estrutura das unidades especializadas no combate à violência contra a mulher. O CNJ quer saber como está a tramitação de processos que apuram casos de feminicídio e levantar dados estatísticos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

O objetivo é conhecer detalhes do andamento dos processos que envolvem crimes contra a mulher e, a partir daí, comparar o número de inquéritos com o de processos já abertos na Justiça. Além do número de processos novos, pendentes ou baixados, estão entre as informações solicitadas pelo conselho a quantidade de varas e juizados especiais existentes nos estados e o número de servidores e especialistas que atuam nas unidades.

A solicitação foi feita pela ministra Cármen Lúcia com base na Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, criada no último 8. O prazo para envio das informações pelos

tribunais se encerra em 9 de abril. Pela portaria, os tribunais de todos os estados e do Distrito Federal deverão dispor de Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de forma permanente em suas estruturas organizacionais. Também serão incentivados projetos de educação e combate à violência. De acordo com os últimos dados coletados pelo CNJ, em 2015, foram iniciados nos tribunais brasileiros 110 mil processos e mais 314 mil tramitavam nas varas exclusivas de violência doméstica contra a mulher. Apesar de o número ser expressivo, o conselho acredita que a maior parte dos crimes continua oculta.

FEMINICÍDIO

De acordo com a Lei 13.104/2015, que ficou conhecida como Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres é considerado crime hediondo, de extrema gravidade, e ocorre quando a morte se dá por razões relacionadas à questão de gênero e envolve violência doméstica, familiar e situações de menosprezo ou discriminação.

Esqueleto de Bacabeira

JUSTIÇA MANDA PETROBRAS PAGAR OS MILHÕES QUE DEVE AO MARANHÃO POR IMPACTOS AMBIENTAIS DA REFINARIA

Por unanimidade, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão do Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís que, nos autos de Ação Civil Pública, deferiu tutela provisória de urgência em favor do Estado, para que a Petrobras cumpra o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) – pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 124.702.491,00 – e continue quitando as parcelas pelos impactos ambientais causados no município de Bacabeira, onde seria instalada a Refinaria Premium 1. **PÁG. 9 [C1]**

Justiça manda Petrobras pagar compensação por impactos ambientais em Bacabeira

Por unanimidade, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão do Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís que, nos autos de Ação Civil Pública, deferiu tutela provisória de urgência em favor do Estado, para que a Petrobras cumpra o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) - pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 124.702.491,00 – e continue quitando as parcelas pelos impactos ambientais causados no município de Bacabeira, onde seria instalada a Refinaria Premium 1. O Estado propôs a ação sob o argumento de que, em decorrência do procedimento de licenciamento ambiental para a instalação da refinaria, firmou com a Petrobras o TCCA. Afirmou que a empresa encerrou os projetos de instalação da refinaria em 22 de janeiro de 2015, solicitando o cancelamento dos processos de licenciamento ambiental e outras autorizações em trâmite na Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Acrescentou que, posteriormente, a Petrobras encaminhou expediente ao Estado, comunicando a suspensão dos pagamentos das parcelas referentes à compensação ambiental, considerando que o termo de compromisso teria perdido o objeto com o encerramento dos trabalhos. De acordo com a decisão mantida pelo órgão colegiado do TJMA, o juiz de base determinou à Petrobras que pagasse, no prazo de 15 dias, as parcelas 9ª e 10ª, vencidas, respectivamente, em 31 de julho de 2015 e 31 de janeiro de 2016, bem como efetuassem o pagamento das demais parcelas, no prazo estipulado no TCCA. Inconformada com a decisão do juiz, a Petrobras ajuizou agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, sustentando que a causa determinante para o pagamento da compensação ambiental é o licenciamento do empreendimento, razão pela qual o cancelamento deste a desobrigaria do pagamento integral dos valores previstos no TCCA.

A empresa argumentou que os supostos danos ambientais previstos na licença de instalação não foram efetivados, e que, com a não implantação do empreendimento, não ocorrerá a integralidade dos impactos negativos. Pediu, ainda, medidas subsidiárias do pagamento, como a substituição do restante dos valores a serem pagos por garantia.

DECISÃO

O desembargador José de Ribamar Castro, relator do agravo, destacou que é sabido que a implantação da Refinaria Premium, no município de Bacabeira, fora cancelada unilateralmente pela Petrobras, tendo a empresa reconhecido a realização de serviços de desmatamento, terraplanagem, drenagem e outros, o que acarretou a modificação da flora, fauna e parte hídrica da região. Sobre a compensação, citou manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e disse ser aplicável ao usuário-pagador, como contribuição financeira, em virtude dos danos ambientais por sua atuação predadora, no meio ambiente. Ribamar Castro ressaltou que os serviços realizados resultaram em impactos ambientais de

relevância, conforme o Relatório Preliminar de Vistoria, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), sendo que, dos 33 impactos previstos, 18 ocorreram, alguns até irreversíveis, o que exige a devida compensação ambiental. O relator disse que o argumento da empresa, de que encerrou as atividades de instalação, não é suficiente para sustar o cumprimento da compensação ambiental, considerando que, efetivados os danos ambientais inerentes à licença, deve a Petrobras cumprir o que lhe foi imposto, com o pagamento das parcelas em atraso, no valor de R\$ 15.348.000,00, e das demais a vencer. Sobre os pedidos de outras formas de garantia dos débitos, o magistrado frisou que ainda precisam de provas robustas e análise meritória, o que é inviável para o agravo de instrumento, uma vez que nem sequer foram apreciados na decisão agravada, bem como pelo fato de que ainda não houve o esgotamento das vias para a sua eventual condenação. Os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe concordaram com o voto do relator e também negaram provimento ao recurso da Petrobras.

São Luís

Responsabilidade ambiental é tema de reunião entre MPMA e TRE-MA

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, visitou na tarde desta quinta-feira, 16, o desembargador Raimundo José Barros de Sousa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). O motivo da visita de cortesia foi conhecer também o modelo de Núcleo Socioambiental, implantado há dois anos no órgão e discutir um termo de cooperação técnica.

A Ecoliga da Justiça, associação entre os órgãos do Judiciário no Maranhão (TRT, TRE, Tribunal de Justiça, Justiça Federal), trabalha com a ideia da sustentabilidade e redução de custos na gestão pública, implementando entre os órgãos parceiros políticas e tecnologias que promovam uma gestão eficiente de recursos, gerando responsabilidade socioambiental. Participaram também da reunião, na sede do TRE, na Areinha, o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos do MPMA, Francisco das Chagas Barros de Sousa; o diretor da Secretaria para Assuntos

Institucionais do MPMA (Secinst), Marco Antônio Amorim; e o chefe do Núcleo Socioambiental do TRE-MA, Gilberto Moreira.

Foram apresentadas por Gilberto Moreira as atribuições comuns dos partícipes. Entre elas a criação de grupos de cooperação técnica, nas áreas de racionalização e redução de custos; logística integrada de veículos; capacitação e produção científica; destinação adequada de resíduos sólidos, e compras sustentáveis e compartilhadas.

O desembargador Raimundo Barros informou que após a adoção das medidas de eficiência no órgão, como a substituição de 2 mil e 900 lâmpadas comuns por LED, na secretaria e no anexo do TRE-MA, houve uma economia com energia de mais de R\$ 37 mil. “A presença do Ministério Público que já tem uma consciência cidadã aqui hoje é uma forma da gente se integrar nessa discussão sobre sustentabilidade. O TRE já vem trabalhando há dois anos com esse

pensamento e vamos unir esforços no sentido de tornar mais efetivas essas ações. Queremos integrar o MPMA nessa Ecoliga”, finalizou o desembargador.

Por sua vez, Luiz Gonzaga Martins Coelho apresentou aos membros do TRE o programa Integrar, desenvolvido pelo MPMA, que busca desenvolver uma série de ações voltadas à preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, à racionalização dos recursos públicos disponíveis. “Foi uma visita proveitosa. Já criamos no MPMA o programa Integrar. Esta semana em Brasília aderimos à Agenda A3p e queremos ter uma gestão ambiental criteriosa. Saímos daqui com um indicativo de boas práticas e termo de cooperação técnica, para que possamos reduzir os custos de forma considerável”, concluiu o PGJ.

A adesão do Ministério Público do Maranhão à Ecoliga deve ser oficializada no próximo mês, em solenidade na Procuradoria Geral de Justiça.

Empossados 10 novos defensores públicos



Em sessão solene, realizada no auditório Neiva Moreira, da Assembleia Legislativa, na última sexta-feira (17), foram empossados os 10 novos membros da Defensoria Pública maranhense, que passa a contar com um quadro de 171 profissionais. Além do interior do estado, os defensores públicos de 1ª classe reforçarão a atuação na capital nas áreas de execução penal, tribunal do júri e Central de Inquérito. Na solenidade, presidida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, os empossados prestaram o juramento e receberam o termo de posse, na presença de autoridades e familiares. Defensores empossados: Adriano Oliveira da Silva Junior, André Luís Jacomin, Davi Pessoa de Lucena, Eric Luiz Martins Chacon, Gil Henrique Mendonça Faria, Lisly Borges Barreira, Suellen Santos Rodrigues de Aguiar, Suzanne Santana Lobo, Uallasse Rocha Louzeiro e Vinícius Renan Lima Brandão.

- A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove audiência pública na Comarca de Açailândia, nesta quinta-feira (23), às 18h, no Instituto Federal do Estado do Maranhão (Ifma), localizado na Avenida Projetada, s/n Vila Progresso II. O evento será conduzido pelo ouvidor-geral do TJMA, desembargador Ricardo Duailibe. A população poderá participar pelo Whatsapp (98880.5251).
- A iniciativa visa proporcionar a aproximação do Poder Judiciário com a sociedade e ouvir sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários, prestados em Açailândia e nas cidades integrantes do polo judicial de Imperatriz (Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Tasso Fragoso).

Rommel Cruz Viégas (Juiz auxiliar), respondem(...)

• Os juízes Cícero Dias de Sousa Filho (4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís) e Rommel Cruz Viégas (Juiz auxiliar), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís, de ontem (20) até domingo (26).

‘Fala, Professor’ trata dos atestados médicos e suas repercussões trabalhistas

O programa ‘Fala, Professor’ desta terça-feira (21), às 8h45 e às 14h45, na Rádio Web Justiça do Maranhão, aborda as regras para que o atestado médico seja validado pela empresa.

O comunicador e professor de Direito, Heraldo Moreira, explica quando se justifica a recusa de um atestado, fala dos prazos para entrega, o limite anual, as condições nas quais o trabalhador pode se ausentar e alerta para o que acontece quando o empregado

apresenta atestado médico falso.

O ‘Fala, Professor’ tem uma edição inédita toda terça-feira, às 8h45 e 14h45, e reapresenta programas com temas anteriores, nos mesmos horários, na quarta e na quinta.

O ouvinte interessado em sugerir temas ou tirar dúvidas pode entrar em contato com o apresentador do programa pelo Twitter @heraldomoreira ou pelo e-mail asscom@tjma.jus.br, indicando o título “Fala, Professor”.

Acusados de matar adolescente são condenados em Balsas

A juíza Nirvana Mourão Barroso, titular da 3ª Vara de Balsas, presidiu na última semana uma sessão do Tribunal do Júri na comarca. Os réus foram Regiane Ferreira da Rocha e Dieckson Vieira Lopes, acusados de terem matado a adolescente R. S., de apenas 15 anos de idade, em crime ocorrido na data de 10 de janeiro de 2015. A menor foi morta com sete tiros e os dois acusados foram considerados culpados e condenados.

Consta na denúncia que a menor foi atingida por sete disparos de arma de fogo, sendo 3 tiros na cabeça e quatro no braço esquerdo. O assassinato deu-se no povoado São Benedito, localidade pertencente à zona rural do Município de Balsas. Versa ainda a denúncia que o corpo da vítima foi encontrado uma semana depois, próximo do local do crime, estando coberto apenas por umas folhagens e palhas de buriti. O motivo seria ciúmes, haja vista que a vítima teria tido um caso amoroso com Dieckson.

A defesa alegou a ausência de perícia no caso em tela e que a denunciada teria agido sozinha, em legítima defesa, requerendo a absolvição sumária dos dois acusados. A acusação, por sua vez, requereu em sede de alegações finais, a inclusão de

duas qualificadoras: Utilização de recurso que dificultou e emprego de meio cruel. “Embora a primeira denunciada tenha levantado a tese da legítima defesa, à vista dos depoimentos tomados e dos demais elementos que guarnecem o caderno processual, não há com acatá-las no momento. Não conseguiu a defesa mostrar, de forma incontestada, ter a acusada sofrido agressão injusta por parte da vítima”, destacou a Justiça quando pronunciou os acusados ao júri popular.

“Quanto ao denunciado Dieckson Vieira Lopes, após a juntada dos autos complementares com exumação do cadáver, restou afirmado no laudo pericial fortes indícios de que a menor foi morta com o concurso de um homem, fato que, associado aos testemunhos e à própria declaração de Dieckson de que esteve em companhia da vítima na madrugada do crime”, relatou a juíza na pronúncia.

Por fim, os acusados foram considerados culpados, sendo que Dieckson Vieira Lopes recebeu a pena de 14 anos e seis meses de reclusão e Regiane Ferreira da Rocha recebeu a pena de 21 anos de prisão. Eles deverão cumprir a pena em regime inicialmente fechado, na Unidade Prisional de Ressocialização de Balsas.